

NOTÍCIAS AFRICANAS 60

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 20 A 26 DE MAIO DE 1994

ÁFRICA DO SUL

Os trunfos do pós-apartheid

A “revolução negociada”, que permitiu a transição para uma África do Sul pós-apartheid, constitui o fato mais importante da era da descolonização africana, que se iniciou no final dos anos 50 e se encerra agora, no limiar de um novo século.

Essa transição não está, contudo, livre de atropelos, aí incluídos novos conflitos armados entre negros ou desencadeados pela ultradireita branca de matiz nazista. Contra essa possibilidade atuam, no entanto, fatores de ordem societária com elevado peso político, ideológico e econômico-social.

O primeiro desses fatores, ou trunfos, é o fato de a África do Sul – ao contrário da maioria dos países africanos no pós-independência – possuir um Estado já consolidado, mesmo que à custa do apartheid. Não se trata aqui de um fenômeno tipicamente colonial, em que o Estado era instrumento de uma potência estrangeira que deveria ser despedido de sua soberania. Embora a luta contra o apartheid tivesse tido muitas características de uma libertação nacional, o caráter final predominante foi o de uma luta pelos direitos civis, por um governo de maioria, democrático. Atualmente, pelo menos 85% da população sul-africana se identificam no mesmo Estado. Este, por sua vez, exerceu plenamente o seu poder durante a primeira fase (a pré-eleitoral) da atual etapa de transição.

Outro importante trunfo é o caráter cada vez mais forte da sociedade civil. A ela se deve (e não exclusivamente à comunidade negra) o principal da luta contra o apartheid. Nesta, a Frente Democrática Unida teve papel primordial. Formada por mais de 700 organizações emergidas diretamente da sociedade civil, viam no ANC o representante de uma consciência nacional. Contrariamente ao que ocorre em Israel/Palestina, todos, negros e brancos, se consideram igualmente não só sul-africanos como também africanos e se sentem representados pelo mesmo Estado, embora divergissem no caráter que esse Estado deveria tomar. Um exemplo: tanto um oficial

oriundo da SADF (forças armadas do antigo regime) como um outro proveniente do braço armado do ANC participam da mesma concepção hegemônica que o seu país deve assumir na África Austral e mesmo no continente.

Esses fatos, aqui apresentados de modo bem esquemático, não são do conhecimento imediato da mídia internacional, daí a crença demasiado fácil da probabilidade de continuação dos conflitos.

Aos fatores acima apresentados, deve-se acrescentar os de ordem econômica, que têm praticamente igual peso. Malgrado a crise atual, a África do Sul é o pólo mais desenvolvido do capitalismo em todo o continente. Tem uma indústria forte, que é responsável por mais da metade da produção de eletricidade e aço de toda a África, bem como por 46% dos veículos, 30% das linhas férreas, além de uma produção mineral ímpar comandada pelo ouro e por vários produtos estratégicos, dos quais o país é uma das primeiras reservas mundiais.

Com todas as graves deficiências derivadas do apartheid, a África do Sul possui uma infra-estrutura avançada e um setor empresarial moderno. Quase metade de sua população negra é urbanizada e possui um nível de vida superior à de quase todo o continente, embora a outra metade que continua vivendo sobretudo nos bastiões carregue um alto índice de miséria.

O deputado português Carlos Miguel de Oliveira lembra, em artigo publicado no jornal *Público*, de 18 de maio, que se está “longe do fim da história na África do Sul”. Segundo ele, “uma democracia sem ganhos materiais visíveis poderá criar sérios problemas aos novos dirigentes, que enfrentam um povo cheio de expectativas de maior riqueza e justiça social”. Para o deputado português, “o futuro da nova democracia depende essencialmente de fatores econômicos e sociais derradeiros”.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- O ANC é essencialmente nacionalista 2
- Estado de graça para o ANC 3
- As mulheres são a espinha dorsal da Igreja 4
- O princípio do consenso é garante de estabilidade 5
- A maior cimeira de sempre 6
- Amanhã em Egoli... 6-7
- A vitória do povo do arco-íris 7
- Revolução sim mas devagar 8
- Adesão ao Banco Africano 8
- ‘Que Deus abençoe a África!’ 10
- Da “cultura de resistência” à rotina do governo democrático 11
- Como se nada se tivesse passado 12
- Anedota ortográfica 13
- Buthelezi e Winnie no Governo 14

Literatura moçambicana no Brasil

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos recebeu, no dia 20 de maio, a visita do professor e escritor moçambicano Lourenço do Rosário – docente da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Eduardo Mondlane e professor-visitante da PUC de Minas Gerais, onde de 1991 a 1994 vem ministrando a disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Curso de Mestrado em Letras. Entre outros assuntos, referiu-se a alguns projetos para um melhor estreitamento dos laços entre Brasil e Moçambique, como o aumento do intercâmbio de pesquisadores e professores.

Lourenço do Rosário veio ao Rio de Janeiro lançar o livro *O conto moçambicano: da oralidade à escrita*, organizado em conjunto com Maria Luíza Godinho e lançado nesse mesmo dia 20 na Livraria Dazibau. A importância da obra, além de estabelecer um profícuo laço literário que mais nos avizinha de Moçambique, está no registro de contos orais e escritos que retratam a vida cotidiana, as crenças e os costumes moçambicanos.

Lourenço do Rosário abordou também “a questão da função da literatura em Moçambique”. Ele afirmou que os moçambicanos encontraram, na forma e no conteúdo da literatura escrita, reflexos evidentes da literatura oral, o que sugere a permanência de universos integrados entre campo e cidade. Assim, os contos orais ou escritos ainda transportam aspectos fundamentais da história, da cultura, da moral e de outros valores sociais marcantes da identidade moçambicana.

O valor inestimável dessa obra ultrapassa o âmbito literário, pois os contos nela reunidos se abrem também para estudos e interpretações das ciências sociais.

Edson Borges
(Pesquisador do CEEA)

Entrevista com secretário-geral da Igreja Presbiteriana

O ANC é essencialmente nacionalista

PÚBLICO, 9 5 94

Do nosso enviado
Jorge Heitor
em Joanesburgo

Uma dos mais fundados motivos de esperança numa evolução democrática da África do Sul é a existência duma forte sociedade civil e de sólidas instituições, entre elas as igrejas, que tiveram um papel relevante no processo de mudança.

Estamos a viver um tempo muito excitante e uma grande oportunidade para uma sociedade mais aberta", disse ao PÚBLICO o secretário-geral da Igreja Presbiteriana da África Austral, reverendo Alastair Rodger, de 47 anos, natural do Zimbabwe.

"Não creio que o ANC seja dominado pelos comunistas, ao

contrário do que diz alguma propaganda. São essencialmente nacionalistas, pessoas do centro, apenas com alguns socialistas e comunistas", opinou também aquele sacerdote, com quem falámos dos sentimentos cristãos da maioria da população sul-africana, havendo apenas uns 30 por cento que dizem não ter quaisquer sentimentos religiosos. As minorias islâmica, hindu, judaica e budista são pouco expressivas em número mas as comunidades que representam são em certos casos influentes.

"É estranho que seja o Partido Nacional e não o Partido Democrático a colher os louros da luta contra o 'apartheid' e a recolher o voto de indianos e mestiços, mas a verdade é que o PD também não conseguiu fazer uma grande campanha. Não sei se de facto o Partido Nacional está verdadeiramente convertido à democracia", afirmou o reverendo Rodger, para o qual as igrejas de língua inglesa desempenharam um grande papel na luta por uma sociedade mais justa, sem discriminação.

"Considero bastante improvável que possa haver agora qualquer perseguição às igrejas, pois que católicos, anglicanos, metodistas e outros deram um enorme contributo para que a situação mudasse na

África do Sul, ao contrário de uma parte da Igreja Reformada Holandesa, de raiz calvinista, que alinhava com o regime", adiantou-nos aquele sacerdote. Mas também na Igreja Reformada sopram hoje ventos de mudança.

Instituição particularmente forte é a Igreja Zionista, que agregou à doutrina cristã algumas das crenças da tradição africana, conseguindo assim atrair perto de três milhões de fiéis, número equiparável ao dos católicos sul-africanos.

Para além de protestantes, zionistas e católicos, há na África do Sul uma forte componente anglicana, de que é expoente o arcebispo da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, que no dia 10 faz uma oração durante a tomada de posse do Presidente Mandela, tal como acontece com os hindus, os judeus e os muçulmanos.

Daqui a cinco anos...

O juramento do novo chefe de Estado será feito sobre uma Bíblia, a mesma que

serviu para os seus antecessores africaners, e isto diz bem da força das tradições cristãs e religiosas em geral, num país onde há Assembleias de Deus, baptistas, mormons, ortodoxos gregos, Hare Khrisna e tantos outros movimentos.

Apesar de os judeus serem relativamente poucos e de muitos deles haverem emigrado durante os últimos dez anos, têm exercido grande influência no meio intelectual, no comércio, na indústria, na medicina e no direito, razão essa porque o Rabi Principal lá estará terça-feira em Pretória a fazer uma leitura do Velho Testamento. A mesma razão porque Mandela teve a atenção de visitar anteontem na Cidade do Cabo, a mesquita e a sinagoga.

"No ANC existem e são permitidas todas as fés. As coisas irão correr bem, pelo menos nos primeiros tempos. O verdadeiro teste virá daqui a cinco anos, quando se verificar se as expectativas são ou não concretizadas", observou o secretário-geral dos presbiterianos, para o qual o grosso dos brancos deve ficar na África do Sul: "As perspectivas não são assim tão más; e temos uma boa hipótese de conseguir um país bastante desenvolvido." ■

Mandela homenageia a acção das igrejas

AS IGREJAS cristãs foram as destinatárias, ontem, de uma vibrante homenagem de Nelson Mandela, que o novo parlamento multirracial designará hoje na Cidade do Cabo como o primeiro Presidente negro da África do Sul.

Mandela, cujas palavras foram também para os religiosos muçulmanos, judeus e hinduístas, pronunciou o elogio perante milhares de pessoas, de todas as raças, reunidas no estádio FNB, situado entre Joanesburgo e o Soweto, numa "jornada de acção de graças" promovida por todas as igrejas cristãs sul-africanas.

"Há uma única força que, nos momentos mais graves da repressão, nunca esqueceu as pessoas atrás das grades das prisões, e essa força é a Igreja", disse o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), num ambiente caracterizado pelo repórter da AFP como "de grande ecumenismo".

Nelson Mandela fez a sua

entrada no estádio já como um verdadeiro chefe do Estado, dentro de uma limusina negra, de vidros recolhidos, sob a ovação de milhares de negros e brancos.

Pouco antes, como medida de precaução, um helicóptero da polícia fizera alguns voos de reconhecimento sobre o campo de futebol, perfeitamente apinhado de sul-africanos em festa.

Depois de ter evocado a "crueldade do apartheid", Mandela sublinhou que o seu movimento foi sempre contra "um sistema de repressão e nunca foi hostil a qualquer comunidade em particular".

Um dos momentos altos do encontro foi quando o Presidente exclamou: "Esqueçamos o passado, apertemos as mãos uns dos outros. O tempo chegou para que mulheres e homens, negros, mestiços, indianos e brancos, anglófonos e afrikanners, digam que somos um só povo, um só país".

PÚBLICO, 9 5 94

Pouco antes, o Prémio Nobel da Paz e arcebispo anglicano Desmond Tutu, presidira a uma cerimónia simbólica de reconciliação, rodeado de representantes de duas dezenas de igrejas, incluindo as igrejas africaners.

Plena de emoção, a voz de Desmond Tutu subiu de tom até começar a gritar, convidando a multidão a que repetisse com ele: "Somos livres, todos, brancos e negros. Somos os filhos de Deus com as cores do arco-íris". Depois, pediu à assistência que trocasse abraços e votos de paz, o que foi feito no meio de grande emoção.

Da prisão à Presidência

Mas hoje é que é o dia adiado, o dia em que o antigo penitenciário da cadeia de Robben Island, onde esteve grande parte dos 27 anos em que esteve preso, se tornará o primeiro Presidente negro da história do

país, depois da vitória do ANC (62,65 por cento dos votos) nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul.

A eleição de Nelson Mandela, 75 anos, será feita na sessão inaugural do novo Parlamento, e será o tiro de partida para um período de cinco anos de partilha do poder. Depois, haverá novas eleições.

Os novos deputados reunir-se-ão na Cidade do Cabo. Às 13h00 locais (mesma hoje em Lisboa), Mandela, já eleito, pronunciará o seu primeiro discurso presidencial, na praça da Grande Parada.

Amanhã, terça-feira, em Pretória, Mandela será investido na presença de uma multidão calculada em mais de 150 mil pessoas, de 42 chefes de Estado e de Governo, entre 1200 convidados especiais entre os quais o vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, a mulher do Presidente Bill Clinton, Hillary, o chefe da Organização Para a Libertação da Palestina,

Continua na pág. 3

Opinião

Ana Barradas *

PÚBLICO, 9 5 94

Estado de graça para o ANC

"PERANTE todos os presentes e na consciência plena da grande responsabilidade que assumo como Presidente ao serviço da República da África do Sul, eu, Nelson Rolihlala Mandela, juro solenemente manter-me fiel à República da África do Sul e prometo, sincera e solenemente, promover sempre tudo quanto favoreça e combater sempre tudo quanto prejudique a República; obedecer, fazer cumprir, defender e manter a Constituição e todas as leis da República; desempenhar os meus deveres com toda a energia e talento, empregando todo o meu saber e capacidades de acordo com o que me ditar a consciência; fazer justiça a todos; dedicar-me ao bem-estar da República e de toda a sua gente."

Depois de pronunciar estas palavras a 10 de Maio em Pretória, Mandela, com 75 anos, será oficialmente o Presidente da República da África do Sul. Dirigirá também o Governo que decidirá do destino de 40 milhões de negros, brancos, mestiços e indianos. E continuará a ser a figura tutelar do ANC, o Congresso Nacional Africano, que viu coroado os seus mais de 70 anos de resistência com uma vitória decisiva e incontestada, por muitos sentida como justa retribuição histórica.

Entretanto, vai-se esvaindo a onda quase palpável de espírito de boa vontade, reconciliação e unidade nacional que avassalou até mesmo os mais aguerridos opositores de um processo eleitoral que a grande maioria considerou "free and fair", eleições livres e justas. Chega agora o momento em que, refeitos das fortes emoções de um sufrágio que marcou também o fim da servidão racial e o acesso à cidadania plena de 35 milhões de sul-africanos, estes se interrogam sobre o futuro.

E as pessoas comuns colocam já, embora timidamente, questões que terão de ser respondidas pelo poder estabelecido, se quiser manter o elevado grau de apoio popular que lhe deu existência. Como resolver o problema terrível de, segundo estimativas que as autoridades deixaram de desmentir, quase 50 por cento da população activa estar desempregada, na sua esmagadora maioria negros, desde

sempre os mais desfavorecidos? Quando haverá "equal pay" para todos (salário igual para as mesmas funções, sem discriminação de raça)? Como se aplicará a "affirmative action" nos postos públicos e nos locais de trabalho, permitindo o acesso a gente de cor e de talentos ignorados, até hoje preterida por puro racismo? Como se fará a restituição das terras aos clãs, tribos e povos espoliados, que esperam hoje regressar ao solo onde enterraram os seus antepassados e ensaiam já, por enquanto sem êxito, as primeiras ocupações? Como acabar com os guetos desolados que têm servido de depósito e de moradia a mais de 22 milhões de sul-africanos, tratados como mão-de-obra seleccionada de acordo com o tom de pele e privados dos equipamentos sociais mais elementares? Como resolver o problema dos milhões de jovens negros — denominados por alguns como a "geração perdida" — que nos anos 60 e 70 abandonaram as escolas protestando contra o sistema educativo opressor e gerador de desigualdades e hoje se vêem impreparados para fazer face à vida? Como fazer diminuir o fosso entre dois países contidos num só: um claramente do Terceiro Mundo, pobre, carente e sem futuro à vista, e outro opulento, arrogante e parasita? Como corrigir as sequelas do "apartheid" que, desde há 40 anos, distorce monstruosamente as relações sociais?

A lista de questões é impossível de enumerar até ao fim. São problemas que tocam a grande massa ignorada e que atravessam toda a nação, todas as classes, todas as etnias. São as contradições centrais que hoje se põem à nova África do Sul, bem mais graves e difíceis de resolver que as reivindicações autocráticas de Buthelezi-Goodwill, ou o sonho do Volkstaat branco.

Muitos não estarão dispostos a esperar eternamente. A sr^a Mavis Mrooke, que reside há muito em Kliptown, é das mais impacientes: "Só lhes dou dois meses para cumprirem as promessas que fizeram." Tem razões para isso: vive numa "township" esquelética, de casas de tijolo e barracas de lata, muitas sem electricidade nem água corrente, visitada apenas uma vez por semana pelos carros do lixo.

O ANC, que, há 40 anos, por sinal nessa mesma cidade de Kliptown, aprovou os seus princípios programáticos num documento que designou por "Carta da Liberdade", foi entretanto suavizando as suas profissões de fé no socialismo, até se transformar no que é hoje: um partido moderado, disposto a aceitar o jogo do mercado livre e firmemente apostado em dar garantias aos investidores e capitalistas nacionais e estrangeiros.

Não admira, pois, que, embora a Carta da Liberdade afirmasse que "a riqueza nacional do país será restituída ao povo", os candidatos do ANC tenham apresentado aos eleitores um programa de reconstrução e desenvolvimento em que avisam claramente: "Fazer promessas é fácil, mas cumpri-las é muito mais difícil. Para alcançar os nossos objectivos, enfrentamos muitos obstáculos e colocamos a nós próprios um grande desafio. Não se realizarão todas as expectativas e não se satisfarão todas as necessidades de repente. Terão de ser tomadas duras opções."

Contudo, o dito programa promete como melhorias essenciais: nos próximos cinco anos, a escolaridade primária livre e obrigatória, a construção de pelo menos um milhão de casas de baixo custo e a electrificação de 2,5 milhões de fogos. E, para os próximos 10 anos, o lançamento de um programa de obras públicas que empregará dois milhões e meio dos sete milhões de sul-africanos oficialmente desempregados (número muitíssimo aquém da realidade, como todos conhecem).

Este programa terá um custo de 39 mil milhões de randes — 30 por cento do orçamento anual da África do Sul — nos primeiros cinco anos de aplicação. Resta saber se o próximo Governo estará na disposição de o aplicar na íntegra.

Pense-se num caso muito simples, mas paradigmático: os trabalhadores das "farms" ganham um salário mensal de 65 randes em Giyani, um povoado perdido no extremo norte do país. Aubrey, um jovem de 18 anos cujos pais trabalharam toda a vida sem conseguir sair da mais completa pobreza, afirma, referindo-se às suas expectativas face às eleições: "Os meus pais não têm nada. Eu não quero sofrer como eles." Mas será que o patrão branco para quem Aubrey trabalhará um dia está de acordo?

Mandela, que conhece bem a via sacra das cedências face à fria realidade das forças políticas em confronto, já avisou, mais ou menos nestes termos: tudo levará o seu tempo. Não se pense que, depois das eleições, cada negro terá o seu Mercedes. Vai ser muito duro e há que ter paciência. Todos terão de fazer o esforço de se adaptar o melhor possível aos novos tempos.

Quanto a isso, não há que enganar: embora algumas minorias mais massacradas por condições de vida extremamente penosas não estejam muito compreensivas acerca das dificuldades da governação por consenso, o certo é que a esmagadora maioria dos sul-africanos se tem deixado conquistar, ao longo dos quatro anos de transição, pela lógica aparentemente inapelável do "bom senso" proclamado pelo ANC. Por isso perdem terreno os partidos mais radicais (entre os brancos, o Afrikaner Resistance Movement, entre os negros, o PAC e a Azapo) e se alarga a margem de consenso entre os partidos que se entenderão em torno de um governo partilhado.

Quer isto dizer que, nos próximos tempos, Mandela e os seus ministros beneficiarão de um "estado de graça" que será mais prolongado do que o deseja a cidadã de Kliptown, farta de esperar, ou Aubrey, que quer ter qualquer coisa na vida. ■

* jornalista e observadora do processo eleitoral da África do Sul

Continuação da pág. 2

Mandela homenageia a acção das igrejas

Yasser Arafat, o Presidente de Israel, Ezer Weizman, o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali.

Winnie Mandela, a ex-mulher do líder do ANC, não estará entre os convidados. O próprio Nelson Mandela quis assegurar-se que ela não estaria presente, apurou a AFP. O casal separou-se há dois anos na sequência da condenação de Winnie pela rapto de sete jovens negros.

Mandela passou o fim-de-semana a transmitir mensagens de unidade e de paz às diferentes comunidades religiosas. Uma delas: "As aves de mau-agouro anunciavam que se o

ANC ganhasse as eleições, os negros agiriam como selvagens e atacariam os brancos. Nada disso aconteceu, porque o ANC está comprometido em servir todo o povo desta nação", explicou.

Para governar, o ANC dispõe de 252 lugares no parlamento, de 400 lugares, contra 82 do Partido Nacional, do seu antecessor Frederik de Klerk, e 43 do Partido da Liberdade Inkatha (IFP), do seu rival negro Mangosuthu Buthelezi. Cinco outros pequenos partidos partilham entre si os lugares restantes.

O ANC governa ainda as assembleias de sete das nove

províncias do país, entre as quais a da região de Joanesburgo, o centro económico da África do Sul. Apenas lhe escaparam as províncias do Cabo Ocidental, para o Partido Nacional, e o Natal-Kwazulu, onde o Inkatha venceu.

Mandela já nomeou 16 ministros do ANC, na sua maioria veteranos do movimento, e escolheu o presidente nacional do partido, Thabo Mbeki, para seu vice-Presidente e, na prática, chefiar o Governo. O segundo vice-Presidente será Frederik de Klerk, que o libertou depois de 27 anos de prisão e que, com ele, partilhou o Prémio Nobel da Paz. ■

Anne Nasimiyyu, teóloga africana, no rescaldo do Sínodo dos Bispos

“As mulheres são a espinha dorsal da Igreja”

Do nosso enviado
António Marujo
em Roma

PÚBLICO, 10.5.94

A Igreja está viva por causa das mulheres, defende Anne Nasimiyyu, teóloga natural do Quênia, que participou em Roma em diversas iniciativas realizadas em simultâneo ao Sínodo dos Bispos, que ali se concluiu no domingo passado. Com 44 anos, Nasimiyyu é religiosa missionária das Irmãs de São Francisco e integra a Associação Ecuménica de Teólogos do Terceiro Mundo, onde coordena o grupo de mulheres africanas da Associação.

No final da semana passada, um grupo de 29 teólogos e missionários africanos constituiu uma rede pós-Sínodo, com o objectivo de continuar a reflexão iniciada na assembleia episcopal convocada pelo Papa (ver PÚBLICO de domingo passado). “Tudo aquilo que foi partilhado não deve ser abandonado depois de sairmos daqui, mas deve ser continuado no continente africano”, diz a freira-teóloga. Por essa razão, o grupo pensou na criação da rede, cuja primeira iniciativa foi entregar aos bispos do Sínodo, sábado passado, um primeiro texto com algumas reflexões e sugestões concretas. Nesta entrevista ao PÚBLICO, Anne Nasimiyyu explica as razões dos teólogos.

PÚBLICO — Como avalia o Sínodo dos Bispos sobre África?

ANNE NASIMIYU — Do que eu ouvi, é de termos esperança de que os resultados finais venham a ser bem sucedidos. Mas penso que o maior problema é como concretizar as conclusões. Esse continua a ser o nosso desafio. O que necessitamos, o que temos, que propostas fazemos. Essas propostas têm que ser concretizadas pelas conferências episcopais, pelos sínodos diocesanos, e pelas pequenas comunidades cristãs locais, na paróquia. Aí é onde o trabalho deverá começar a ser concretizado, quaisquer que sejam as propostas.

Terão que decorrer pelo menos cinco anos para que se possa dizer se este Sínodo foi bem sucedido, para que se possa dizer que significou alguma coisa de novo, não só para África mas para toda a Igreja universal. Temos que esperar para perceber se foi positivo ou não.

P. — O facto de o Sínodo se realizar significa que a Igreja é das poucas insti-

tuções internacionais que ainda repara na África?

R. — Todo o Sínodo e já o pré-Sínodo, foi um processo de consciencialização. O resto da Igreja pôde ser despertado para os verdadeiros e reais problemas que a Igreja em África enfrenta. Quem vai resolver os problemas de África são os próprios africanos, mas eles precisam de apoio, de encorajamento, de solidariedade, precisam que o resto da Igreja, onde quer que esteja, seja solidária com África.

A universalidade significa participar realmente no sofrimento do mundo, particularmente naquelas áreas em que ele é maior. Por isso, quando falamos de solidariedade, falamos de tornar-se parte dessa situação, da realidade sofrida do povo. Com toda a preparação que houve, as reflexões teológicas e a realização do próprio Sínodo, haveria mais redes a estabelecer-se para que África não enfrente os seus problemas sozinha, para que o resto da Igreja estabeleça uma ligação com África e comece a trabalhar pela redenção da humanidade.

A minha compreensão de África leva-me a ver que o nosso sofrimento não é apenas o sofrimento africano, é o sofrimento humano. E nós temos que participar nesse sofrimento humano e estar concretamente envolvidos...

P. — É por essas razões que podem, no vosso texto de apresentação, que entregaram aos bispos, que os teólogos e as igrejas do hemisfério Norte apoiem os teólogos e as igrejas de África?

R. — A Igreja em África está a sofrer, é uma Igreja sofredora. Mas temos que analisar as causas desse sofrimento e dialogar com as nossas Igrejas-irmãs e com os nossos colegas teólogos no Norte. Esse diálogo, em primeiro lugar, tem que ter presente a situação africana e ver o que está a custar o sofrimento do povo.

Quando se analisam essas causas, verifica-se que a maior parte delas não estão no continente africano. Estão fora, vêm do Norte. Por isso, os meus colegas teólogos do Nor-

te não podem pensar e reflectir sem ver como podem mudar os seus sistemas, que estão a custar o sofrimento do povo na África e nos países do Terceiro Mundo. Porque o que vemos é que os sistemas do Norte perpetuam a pobreza do Sul. E nós dizemos ao Norte: ‘Vocês não têm que seguir esse caminho, porque o sistema que vocês estão perpetuando está causando dor e sofrimento e matando a vida’.

O Norte tem que se redescobrir a si mesmo e ver como pode ser campeão de justiça e de paz, nas suas próprias sociedades. Os povos de África são usados, não participam num diálogo como parceiros que podem dar um contributo ao resto do mundo.

Deve ser cada um de nós mesmos a consciencializar estes problemas e perguntar como é que está a contribuir para o sofrimento do resto da humanidade. E como posso consciencializar a comunidade em que vivo contra esta injusta realidade que estamos a perpetuar no mundo.

P. — No vosso documento, falam da participação do laicado e das mulheres nas decisões da Igreja. Pretendem sugerir um caminho lento para chegar, por exemplo, ao sacerdócio das mulheres?

R. — As mulheres desempenharam papéis muito significativos na vida da Igreja. Podemos dizer que no Norte ou no Sul, em todo o mundo, as mulheres são a espinha dorsal da Igreja. Se se excluíssem as mulheres, a Igreja cairia. Se as mulheres dissessem que boicotavam a Igreja ou que não contribuíam em nada para a Igreja, esta não funcionaria. A Igreja está viva por causa das mulheres.

O único problema é que às mulheres foi negada a participação no processo de decisão da Igreja. O que gostaríamos de ver era as mulheres participarem nas decisões pelo facto de estarem vivas. Elas não são crianças, são adultas. A maior parte das vezes elas não podem tomar decisões. Na Igreja, as decisões são tomadas de forma hierárquica, clerical, numa espécie de casta. Não devem tomar decisões por nós, mas devemos, juntos, descobrir os caminhos, meios e modos de melhor actuar na Igreja.

P. — E o sacerdócio?

R. — Eu ainda tenho um problema com todo o sacerdó-

cio, porque ele parece muitas vezes uma espécie de privilégio para uma casta especial. Talvez seja necessário repensar toda a instituição sacerdotal: é para o serviço, e para o serviço a quem, ou é apenas uma administração, um funcionalismo, para dispensar alguns sacramentos às pessoas?

Penso que tem que ser um ministério para as pessoas, um caminho com o povo, sofrendo com o povo. Eis como vejo o sacerdócio, e como veria as mulheres a integrá-lo. Mas na situação que temos, seria terrível que as mulheres fossem incluídas nesse clericalismo.

P. — A inculturação, a aproximação do evangelho às culturas locais, foi um dos temas principais do Sínodo. Ela não pode levar a uma situação em que as tribos ou as etnias continuem fechadas no seu círculo e não se abrem a horizontes fora do seu universo cultural, como parece confirmar a actual situação do Ruanda com cristãos a combaterem outros cristãos?

R. — A inculturação é o respeito autêntico pela identidade do povo. Em África, temos mais de duas mil comunidades étnicas diferentes. E cada comunidade tem a sua especificidade, que a torna distinta como povo. Há elementos que são universais a todas essas comunidades, mas há outros que são específicos das culturas particulares. O problema é saber como podemos nós inculturar todas essas realidades, ou seja, ser ao mesmo tempo únicos e universais.

Os problemas que a inculturação levanta não vão ser resolvidos facilmente. Durante os ritos da iniciação, os jovens são doutrinados sobre o que significa ser membros daquela comunidade particular. Não poderíamos nós usar esta realidade na Igreja, mostrá-la como uma nova tribo ou uma nova comunidade étnica do povo de Deus, com uma nova identidade de povo de Deus? Juntos, estamos unidos, mas continuamos a ser únicos, com as nossas próprias identidades da comunidade particular.

Esta ideia poderia ser tomada para toda a Igreja: como é que estamos a iniciar as pessoas na fé católica, como membros da Igreja Católica? Iniciamo-las a uma comunidade em que estamos envolvidos e que respeita a cada um dos membros da nossa comunidade católica? Se esse elemento fosse captado pela Igreja, isso ajudaria a quebrar alguns dos conflitos que temos entre diferentes comunidades étnicas. ■

Apronta-se o novo Governo sul-africano

Dez membros do Partido Nacional

O SINAL de uma certa continuidade entre a África do Sul do passado recente e a do futuro próximo é dado pelo facto de no Governo de Unidade Nacional ficarem 10 caras do Partido Nacional, que desde 1948 tinha o exclusivo da governação.

O antigo Presidente Frederik de Klerk, que passa agora a ser o segundo vice-presidente da África do Sul, anunciou ontem os nomes dos seis ministros e dos três vice-ministros do Partido Nacional que passam a integrar um executivo liderado pelo ANC e que ainda deverá contar com três representantes do Inkatha.

Na sexta-feira o novo Presidente, Nelson Mandela, já anunciara que teria como vice-presidentes Thabo Mbeki e De Klerk, depois do que avançara os nomes de 16 ministros da área do ANC e dos seus associados, o Partido Comunista e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu).

Ontem foi a vez de De Klerk, depois de consultas com Mandela, divulgar os nove militantes do Partido Nacional que

o acompanham no novo executivo, ficando assim como representantes das minorias branca e mestiça, num elenco para o qual o ANC indicou sobretudo negros e indianos.

O primeiro dos nomes avançados foi o de Roelof "Pik" Botha, que desde 1977 era ministro dos Negócios Estrangeiros e agora passa a titular das Minas e Energia, substituindo assim o seu colega G. S. Bartlet.

Depois, hipótese perfeitamente confirmada de transição do anterior regime para o novo foi a de Dawie de Villiers, que de ministro das Empresas Públicas passou a titular do Meio Ambiente, cargo que pertencia a J. A. van Wyk.

Roelf Meyer acumula

O terceiro dos nomes destacados do Governo cessante que sobreviveu à grande viragem histórica foi o de Roelf Meyer, de 47 anos, que conserva a pasta do Desenvolvimento Constitucional e ainda por cima lhe acrescenta a dos Assuntos Provinciais, agora

PÚBLICO, 10.5.94

criada, como uma espécie de Coordenação Interterritorial.

Outro ministro que conserva a pasta anterior é o das Finanças, Derek Keys, que tem excelentes contactos nos conselhos de administração de grandes empresas e que será uma garantia de confiança para o capital estrangeiro que queira investir na África do Sul.

Idêntica situação de continuidade no mesmo posto é a do ministro da Agricultura, A. I. van Niekerk, só não ficando o Partido Nacional inteiramente satisfeito porque não recebeu a Defesa ou outra pasta na área da Segurança, como a Polícia ou os Serviços Correccionais.

O sexto ministro proposto por De Klerk é o mestiço Abe Williams, que estava nos Desportos e que fica com o Desenvolvimento Populacional.

Como vice-ministros indicados pela antiga força governamental e ainda sem pelouro definido ficam Tobie Meyer, Renier Schoeman e Chris Fisser, ajudando assim a dar razão a De Klerk quando, na semana passada, disse que o Partido Nacional

não sai da Administração, antes passando a partilhá-la com outras forças, designadamente o ANC.

De todas as nomeações feitas até agora, aquela que porventura se apresentou mais polémica foi a do ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, de 69 anos, antigo chefe dos serviços secretos do ANC e depois secretário-geral do movimento de 1969 a 1991, ano em que o substituíram por Cyril Ramaphosa.

Para o boletim "Media-FAX", de Maputo, a indicação de tal personagem foi "uma surpresa total e inquietante", pois que Nzo já tem uma idade avançada e nunca demonstrou a vitalidade de um Thabo Mbeki ou de um "Pik" Botha.

O restante elenco já conhecido do Governo de Unidade Nacional inclui Trevor Manuel no Comércio e Indústria, Joe Modise na Defesa e Joe Slovo na Habitação, todos eles nomes bastante conhecidos nas fileiras do ANC e o último também presidente do Partido Comunista Sul-Africano. ■

Jorge Heitor

Investigador universitário ao PÚBLICO

O princípio do consenso é garante de estabilidade

ANTHONI VAN NIEUKERK, investigador de Assuntos Internacionais na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, declarou ao PÚBLICO que a situação na África do Sul é agora diferente e bem melhor do que há um mês atrás, uma vez que se tornou possível realizar as eleições praticamente sem violência, excepção feita aos atentados bombistas da extrema-direita branca.

Van Nieukerk, que em 1992 apresentou numa conferência internacional efectuada em Lisboa uma comunicação sobre o que se estava a passar no seu país, disse-nos que há cinco semanas ainda não julgava ser possível a concretização de eleições em que participassem praticamente todas as forças políticas sul-africanas, incluindo o Inkatha e uma grande parte da extrema-direita africaner.

"Ainda vai demorar algum tempo até ser possível compreender por completo como é que isto aconteceu, como é que as coisas melhoraram substancialmente nas últimas semanas de Abril", observou aquele membro do Instituto Sul-Africano de Estudos Internacionais, segundo o qual sempre seria bem difícil de prever com precisão como é que o país iria

evoluir para regime multirracial.

"Um aspecto mesmo bastante positivo da evolução recente é que a violência política abrandou. Uma normal actividade partidária tornou desnecessária a violência política", sublinhou Anthoni van Nieukerk, assistente do Prof. John Baret.

"Reduz-se pouco a pouco a influência da direita dura e racista, que não foi capaz de impedir nem de prejudicar de modo muito significativo as eleições. Politicamente, a extrema-direita até está dividida. O Partido Conservador pode-se dizer que acabou e a nova direita é agora representada pela Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen", disse aquele estudioso, ao falar do diminuto peso de políticos como Ferdinand Hartzenberg e Eugène Terre'Blanche.

Do Volkstaat...

"Duvido muito de que os generais que estão na Frente da Liberdade pensem na hipótese de algum golpe de Estado, no caso de não se definir em breve a possibilidade de um Volkstaat, um território de adminis-

PÚBLICO, 10.5.94

tração boer. O Governo vai-lhes propor negociações e isso irá durar anos. Não é assunto que se resolva de um dia para o outro. Cabe a Viljoen aceitar ou recusar a mão que lhe estendem; mas seria bom que se mantivesse um clima de diálogo", prosseguiu van Nieukerk.

"É claro que existe muita tensão, quanto ao problema de se preservarem os valores tradicionais da cultura africaner, e que os elementos mais à direita nas Forças Armadas só ficariam relativamente tranquilos se vissem o general Viljoen no Governo ou se se mantivesse de pé a promessa eleitoral de negociar a hipótese de um Volkstaat", reconheceu o jovem académico.

"Durante a realização das eleições e a contagem dos votos houve sabotagem por parte de pessoal do Ministério do Interior. Milhões de boletins de voto ficaram por distribuir, tendo sido necessário imprimir outros à pressa. Foi bloqueado o sistema de computadores, que teve de ser reprogramado. Elementos conservadores brancos tentaram por todas as formas que o processo corresse mal e o seu trabalho foi facilitado pela muita desorganização e incompetência que havia na Comissão Eleitoral Independente. Mas,

apesar da sua má administração, a CEI era a única maneira de se actuar. Não era aceitável que fosse o Governo a dirigir as eleições. Teve de ser uma comissão escolhida pelos diversos partidos, mesmo com todos os seus pontos fracos", prosseguiu Anthoni van Nieukerk, em cuja opinião na sua globalidade é positivo o balanço do que aconteceu nos últimos 15 dias.

... ao Kwazulu

"O Kwazulu/Natal é uma das regiões mais problemáticas do país, com um longo historial de violência, que vem de muito anos do início do período de transição. Esteve agora calmo durante duas semanas, mas é de admitir que se reacenda. O que ali se verifica é uma competição entre pobres, por recursos escassos, parcialmente associada à rivalidade política. E cabe ao Governo de Unidade Nacional conseguir a estabilidade, também, no Natal, mediante medidas a tomar durante os próximos três a cinco anos", considerou aquele estudioso.

Continua na pág. 6

Nelson Mandela toma hoje posse em Pretória

A maior cimeira de sempre

PÚBLICO, 10.5.94

OS MONGÓIS pediram desculpa por não poder comparecer. Os islandeses também. Os ruandeses e os bósnios estão demasiado ocupados. O Camboja, os Camarões e o Chade esqueceram por completo as boas maneiras e nem sequer responderam ao convite.

Mas quase todo o resto do mundo comparece hoje à mãe de todas as festas, a gala da tomada de posse de Nelson Mandela como o primeiro Presidente negro da África do Sul.

O Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, chegou ontem, acompanhado pela primeira dama Hillary Clinton e três jactos com membros do governo, senadores e outros congressistas. Mas isto é apenas uma pequena amostra, pois que ao todo são uns 46 chefes de Estado e de governo.

Conta-se com representantes das famílias reais da Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Marrocos, Suazilândia e Lesoto, entre outros; com a particularidade de que haverá três príncipes com o mesmo nome: Filipe de Edimburgo e os herdeiros das coroas espanhola e belga. O secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, que segundo o protocolo não costuma assis- tir às tomadas de posse, foi o primeiro a chegar. O líder da OLP, Yasser Arafat, aparece em traje de combate e deverá encontrar-se com o Presidente de Israel, Ezer Weizman.

Ao todo, dirigentes e repre-

sentantes de 145 países e 16 organizações internacionais, bem como mais de 800 jornalistas, assistem às cerimónias em que 3.000 artistas e 300 "sangomas", curandeiros ou feiticeiros, actuam para 150 mil convidados, no grande festival com que se assinala o começo da era pós-apartheid.

"É provavelmente a maior concentração de chefes de Estado em qualquer parte do mundo", considerou Patrick Evans, porta-voz da comissão organizadora dos festejos.

A grande catarse

O sistema institucionalizado de segregação racial provocou tanta indignação à volta do globo que o triunfo eleitoral de Nelson Mandela e do ANC foi agora uma espécie de catarse universal.

Numa entrevista dada ao Genebra ao "Star" de Joanesburgo, Boutros-Ghali disse que aparecia, em parte, para elevar o seu próprio moral, depois de tantos desaires e dificuldades que a ONU tem enfrentado.

A transferência do poder é feita nos Union Buildings, a sede do Governo, tantas vezes vista como um símbolo da minoria branca, na pacata cidade de Pretória, uns 90 quilómetros a norte de Joanesburgo.

Equipas de trabalhadores pintaram, aplainaram e colocaram vidros à prova de bala. Enormes jardins foram arran-

cadados e replantados noutra local, áreas de tijolo foram substituídas por granito, ergueram-se gigantescas tendas e fizeram-se horários a cumprir ao segundo.

Se tudo decorrer de acordo com o planeado, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Michael Corbett, recebe o juramento de Mandela às 11h08 de hoje, num grande anfiteatro ao ar livre. E o novo Presidente fará o seu discurso inaugural de costas para um glorioso panorama de jacarandás.

Algumas centenas dos 6036 convidados oficiais vão ficar em locais de onde não vêem nada, nem sequer o próprio Mandela, mas Evans explica filosoficamente que "o importante não é ver, mas sim estar presente".

As instalações sanitárias não são em grande quantidade e se chover toda a gente se molha, mas os serviços meteorológicos dizem que não se- nhor, que não vai chover.

Há orações hindus, uma

leitura do Velho Testamento e outra do Corão, antes de o Arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, fazer a oração cristã, com mil milhões de telespectadores a assistirem em todo o mundo.

Dada a memória da vaga terrorista nas vésperas das eleições, a segurança vai ser bastante apertada; e os jornalistas têm de se concentrar num campo de futebol às 4h30 da manhã para apanhar autocarros especiais para a cerimónia a iniciar às 11h. As bocas dos esgotos são fechadas, o espaço aéreo encerrado e os hospitais colocados em estado de emergência.

Dezasseis quilómetros de arame farpado vão servir para manter carros e curiosos à margem da zona da grande festa, onde os 150 mil convidados terão de se submeter a uma rigorosa busca de armas e de álcool.

Bob Drogin, em Pretória
Exclusivo PÚBLICO/
"Los Angeles Times"

A guerra onomástica começou no Estado Livre de Orange

Amanhã, em Egoli...

José Eduardo Aqualusa
na Cidade do Cabo

A África do Sul não se chamará Azânia. A proposta é antiga e foi defendida desde os anos 60 por diversos historiadores africanos, sendo retomada pelo movimento da Consciência Negra, de Steve Biko. Actualmente, só o Congresso Pan-Africano, PAC — cujo nome completo é Congresso Pan-Africano da Azânia —, insiste na ideia, com o argumento de que o pior colonialismo é o do espírito.

A África do Sul não terá o seu nome alterado. Mas se o país não deve mudar de nome, já o mesmo não sucede relativamente a algumas das princi-

pais cidades sul-africanas. Foi Patrick "Terror" Lekota, o novo primeiro-ministro do Estado Livre de Orange, quem abriu a guerra onomástica, ao anunciar a intenção de o seu governo alterar o nome de Bloemfontein, capital do Estado, para Mangaung, que em língua "sotho" significa "o lugar dos leopardos".

Fala-se também na possibilidade de Joanesburgo retomar a designação tradicional, Egoli (a terra do ouro), enquanto Pretória — cujo nome rende homenagem ao general boer Andries Pretorius, que comandou as tropas brancas na batalha de Blood River contra os zulus — pode vir a chamar-se Mamelodi.

Muitas ruas estão já a ser rebaptizadas, num movimento que, a generalizar-se, poderá provocar muita polémica. As vozes de protesto surgem mesmo nos casos mais fáceis, quando a mudança de nome parece

PÚBLICO, 10.5.94

Continuação da pág. 5

O princípio do consenso é garante de estabilidade

"Julgo que o chefe Mangosuthu Buthelezi poderá vir a aceitar uma pasta do Governo, pois sempre desejou ter um papel político a nível nacional, não se satisfazendo com o facto de ser um simples líder regional", disse o investigador, antes de sublinhar que o grande desafio que se põe agora aos principais partidos sul-africanos é manter a estabilidade.

Por último, Anthoni van Nieukerk manifestou a opinião de que não faria muita diferença se o ANC tivesse ou não conseguido dois terços do eleitorado, pois que de qualquer modo se tinha comprometido a partilhar o

poder com as demais formações, muito em especial com o Partido Nacional, fosse a sua votação de 62, 64 ou 67 por cento. "Foi estabelecido o princípio de que se deverão procurar consensos; por isso, não estou de modo algum pessimista. A maior vitória conseguida até agora é o facto de que os diferentes partidos políticos têm de trabalhar em conjunto. Não receio o futuro, pois a nossa sociedade civil é bastante forte; e o que já se conseguiu é notável".

Do nosso enviado Jorge Heitor,
em Joanesburgo

Continua na pág. 7

A vitória do povo do arco-íris

PÚBLICO, 10.5.94

Do nosso enviado
José Eduardo Agualusa,
na Cidade do Cabo

Há quatro anos, em Fevereiro de 1990, Nelson Mandela escolheu a Grand Parade, na cidade do Cabo, para fazer o seu primeiro discurso como homem livre. Era o princípio do fim do "apartheid". Ontem à tarde, quando surgiu à varanda do City Hall, Mandela falou já não apenas como homem livre, mas como Presidente de um país liberto. Foi eleito por aclamação.

NELSON MANDELA foi ontem proclamado Presidente da República da África do Sul. Pouco passava do meio-dia na Cidade do Cabo, sede do Parlamento. Na ausência de con-

correntes, o presidente do supremo tribunal, juiz Michael Corbett, declarou-o chefe do Estado, sendo o seu nome longamente aclamado pelos deputados.

Para a presidência da Assembleia Nacional foi eleita

Frene Ginwala, uma advogada indiana, a primeira mulher a ocupar aquele cargo na África do Sul. Depois de eleita, declarou: "Pela primeira vez na História, temos um governo do povo, pelo povo e para o povo".

Nelson Mandela, 75 anos, o grande vencedor das primeiras eleições multirraciais, entrou na sala cerca das 11h00, rodeado dos dois vice-Presidentes, Frederik de Klerk e Thabo Mbeki, e foi o primeiro a prestar juramento enquanto deputado, logo seguido do seu antecessor.

Em lugar de destaque entre os convidados do novo Presidente, encontrava-se James Gregory, o chefe da cadeia de Robben Island, onde Mandela passou a maior parte dos seus 27 anos de prisão.

Sublinhando esta atmosfera de reconciliação, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, caiu nos braços do seu adversário Mangosuthu Buthelezi. A seguir, foi a vez de Mandela abraçar o chefe do Inkatha, para depois saudar calorosamente o general Constand Viljoen, líder da Frente da Liberdade e defensor dum Estado branco, o Volkstaat.

A tomada de posse terá lugar hoje, perante dignatários de todo o mundo, em Pre-

tória, a capital.

Toi-toi

Qual o papel das diferentes etnias sul-africanas na luta de libertação? Segundo uma anedota, politicamente incorrecta, mas que corre entre os meios afectos ao ANC, os brancos conceberam as estratégias da luta, os negros fizeram o combate e os indianos administraram os fundos. Quanto aos mestiços, esses, estão agora a fazer a festa.

A manifestação de euforia de ontem à tarde, na Grand Parade, só em parte confirmou a maior vocação festiva da comunidade mestiça. A magnífica praça, bem no coração histórico da cidade do Cabo, estava completamente cheia — a Rádio da África do Sul avaliou a multidão em perto de cem mil pessoas —, mas era possível ver gente de todas as raças, dançando e cantando juntas.

Um jovem branco, descalço e com uma cabeleira loira, ao estilo de Bob Marley, agitava um cartaz do ANC, enquanto uma senhora ao seu lado, também branca, vestia uma túnica africana estampada com o rosto de Mandela.

Mais à frente um homem e uma mulher desdobravam

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 6

Amanhã, em Egoli...

simples questão de bom senso. Em Thornton, na Cidade do Cabo, a junta de freguesia resolveu alterar a designação da Kaffirboom Road (rua dos cafres), para Coral Tree Road, dividindo a comunidade. "Os negros estão a ser demasiado sensíveis", acusam alguns moradores.

Na opinião de Piet van der Schyff, professor de História na Universidade de Potchefstroom, os nomes das cidades e regiões de um país constituem referências históricas que importa preservar: "Os nomes, como as estátuas e outros monumentos, são o suporte da história de um povo. Substituir esses nomes por outros, ou destruir as estátuas, não altera o passado. Além disso, é impossível estar a mudar a toponímia de um país à medida que se muda de política. Em política, o conceito do que é bom ou mau varia constante-

mente." O professor sugere que ao lado dos monumentos mais ostensivamente ligados ao regime do "apartheid" — como o Voortrekker Monument, que recorda a saga dos boeres na sua luta pelo domínio da terra — sejam construídas outras estátuas, em homenagem aos libertadores dos povos negros.

Babel

É uma opinião que não parece recolher nem as simpatias do novo Governo, nem as da extrema-direita boer. Os dirigentes do ANC entendem que certas designações dos monumentos ofendem a dignidade e os sentimentos da maioria da população e por isso devem desaparecer. Quanto à extrema-direita, a palavra de ordem é ignorar não apenas as novas designações, mas também os símbolos nacionais.

Andrew Gerber, dirigente

do Partido Conservador, que não aceitou participar nas eleições, apelou a todos os seus militantes e simpatizantes para que não prestassem homenagem à nova bandeira e hino do país: "Não descansaremos enquanto não tivermos o nosso próprio país, hino e bandeira."

Outra questão muito difícil de resolver e que poderá também alimentar forte polémica num futuro próximo é a da língua, ou línguas, que deverão ser utilizadas a nível oficial. Até agora, o inglês e o africaner surgiam lado a lado nos documentos, placas toponímicas ou prospectos turísticos. No futuro, deverão ser os diferentes parlamentos provinciais a escolher as línguas de cada região.

No Cabo Ocidental, por exemplo, o inglês e o

africaner continuarão certamente a ser as línguas dominantes, mas é provável que o "khossá" ganhe também o estatuto de idioma oficial. Menos simples é a situação no Cabo do Norte, onde a maioria dos habitantes não fala nem inglês, nem africaner. O mais provável, para evitar situações absurdas, é que a maioria dos parlamentos opte pela língua inglesa, em conjunto com um outro idioma maioritário na região.

No edifício onde deverá funcionar o Parlamento Nacional, dezenas de pessoas trabalharam sem descanso durante a semana passada de maneira a que tudo estivesse pronto para receber os novos deputados. O maior problema? Instalar um sistema de tradução simultânea para as 11 línguas nacionais. ■

Comentário

José Eduardo Agualusa*

Revolução sim mas devagar

PÚBLICO, 11.5.94

NA CIDADE do Cabo, há várias empresas que organizam passeios turísticos por toda a península. No dia em que fiz a viagem, o autocarro estava cheio de estudantes negros, vindos de uma pequena cidade do interior do Transvaal.

Inicialmente, era um grupo alegre e ruidoso, mas à medida que o autocarro avançava por uma estrada cortada na montanha, directamente sobre o mar, as conversas iam perdendo o vigor.

Os estudantes olhavam pela janela e viam uma paisagem que até há pouco só os brancos podiam ver: as praias brilhando entre montanhas a prumo, as florestas de pinheiros, os bosques verdes rodeando as vivendas em estilo colonial.

Por fim, um dos estudantes rompeu o silêncio: "Eles roubaram-nos o país", disse. "E depois esconderam-no de nós."

O fim do "apartheid" pode ser visto precisamente como um acto de restituição e de partilha: ao fim de 300 anos, os descendentes dos primeiros colonos europeus aceitam devolver à restante população do país a terra conquistada. E admitem partilhar privilégios e riquezas.

Isto é o que parece ser. A realidade tem cores mais subtis. O que a África do Sul ganhou com o fim do "apartheid" foi, em primeiro lugar, uma verdadeira democracia. Os sul-africanos, todos os sul-africanos, puderam escolher livremente os seus dirigentes e isso significou a transição para um regime dominado pela maioria negra.

O poder económico, porém, vai continuar na mão dos

brancos. Ou seja, a partir de agora, os negros são livres de visitar as praias magníficas na península do Cabo, mas depois terão de voltar para os bairros miseráveis aonde o "apartheid" os encurralou.

Digá-se de passagem que a África do Sul fica, apesar de tudo, em melhor situação do que outros países. No Brasil, por exemplo, nunca houve um regime de segregação racial, mas, embora a maioria da população seja de origem africana, não há memória de um ministro negro.

A composição do Governo liderado por Nelson Mandela exprime claramente os jogos de força na nova sociedade sul-africana.

Os negros ficam "até certo ponto" com o controlo do aparelho militar e policial e, evidentemente, oferecem o rosto ao mundo. Mas os brancos do Partido Nacional, ou seja, os brancos de sempre, continuam a dominar a economia do país.

O antigo ministro das Finanças Derek Keys retoma a pasta, Pik Botha assume a chefia do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, e Kraai van Niekerk fica com a Agricultura.

O Partido Comunista da África do Sul, cuja força dentro do ANC é ainda uma incógnita, não parece ter ficado em posição de impor as regras no plano económico.

A atribuição do Ministério da Habitação a Joe Slovo, o histórico dirigente comunista de origem lituana, pode mesmo ser vista como um pau de dois bicos. A Slovo cabe cumprir a mais difícil das promessas feitas pelo ANC durante a campanha eleitoral: dar uma casa decente a cada sul-africano. Se nos lembrarmos que, segundo dados do próprio ANC, cerca de sete milhões de pessoas vivem praticamente sem abrigo na África do Sul, é então possível avaliar o gigantismo da tarefa que lhe foi imposta.

Como escrevia recentemente o jornalista britânico negro Gary Younge, no artigo publicado pelo "Weekly Mail & Guardian", o mais importante semanário da África do Sul, o fim do "apartheid" não significa necessariamente o fim do racismo nem da miséria. Significa apenas o começo de uma nova etapa na luta pela dignidade de todos os sul-africanos. ■

* na Cidade do Cabo

Adesão ao Banco Africano

PÚBLICO, 11.5.94

O CONSELHO Executivo de Transição (CET) declarou ontem que a África do Sul está disposta a entrar em negociações formais sobre a filiação no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de que Alioune Blondin Beye — mediano das conversações angolanas — já foi um dos administradores.

O CET, criado para coordenar a transição da África do Sul para a Democracia, afirmou que ele e o ministro das Finanças, Derek Keys, emitiram conjuntamente uma "declaração de intenções" sobre tal filiação.

O documento será apreciado na reunião anual do banco, de hoje a 13, com a presença de representantes sul-africanos.

As consultas deverão depois prosseguir sob os auspícios do Governo de Unidade Nacional e poderão eventualmente levar a África do Sul a tornar-se um membro pleno da primeira instituição africana que financia o desenvolvimento.

Estes contactos oficiais seguem-se a uma série de missões que enviados do BAD têm feito à África do Sul desde 1991.

O banco reservou para os próximos cin-

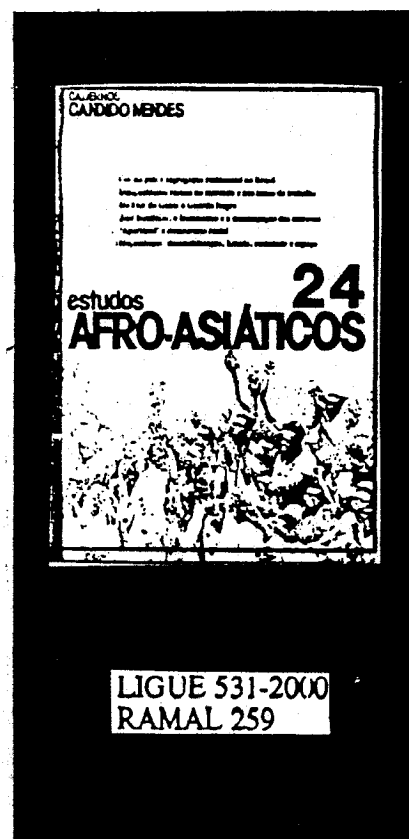
co anos entre 720 milhões e 1260 milhões de randes por ano para projectos nos sectores público e privado sul-africanos, esclareceu o CET.

Tais fundos poderão ser sob a forma de empréstimos a longo prazo para financiar investimentos na agricultura, nos transportes, na educação, na saúde e na indústria.

Como alternativa, poderão assumir a forma de linhas de crédito a longo prazo para desenvolver bancos que financiem projectos do sector privado; ou de empréstimos a médio e longo prazo para o sector privado.

"É provável que uma parte significativa dos recursos seja encaminhada para os sul-africanos mais desfavorecidos. No entanto, cabe à África do Sul decidir sobre a melhor aplicação a dar aos fundos que venham do BAD", explicou o CET, que está a assumir as funções da governação enquanto não tomar posse o Governo de Unidade Nacional.

Também existe a possibilidade de empresas sul-africanas fornecerem bens e serviços para projectos que o banco apoia noutras regiões de África. ■



'Que Deus abençoe a África!'

PÚBLICO, 11.5.94

Jorge Heitor

Que a liberdade reine para sempre nas terras da África do Sul, foi o voto ontem formulado por Nelson Mandela ao tomar posse como primeiro Presidente negro do país, na presença de políticos e príncipes dos quatro cantos da Terra. Uma nova esperança nascia para toda a África Austral, simbolizada — entre outras coisas — no facto de Moçambique ter sido representado na cerimónia tanto por Chissano como por Dhlakama.

Que nunca, nunca, nunca mais, esta bela terra volte a experimentar a opressão de uns pelos outros e a sofrer a indignidade de ser o vilão do mundo. Que reine a liberdade; e que o Sol jamais se ponha sobre tão gloriosa obra humana. Que Deus abençoe a África!", assim terminou Nelson Mandela o seu discurso de 1200 palavras, ao assumir, ao princípio da tarde de ontem, a Presidência da República, em Pretória.

"Hoje, todos nós damos glória e esperança à liberdade renascida", começou por dizer o líder do ANC, cuja tomada de posse foi transmitida pela televisão para grande parte do Mundo, como um dos acontecimentos mais marcantes da última década do século XX.

Assistiram ao acto presidentes como Mário Soares, José Eduardo dos Santos e Joaquim Chissano, primeiros-ministros como a paquistanesa Benazir Bhutto e, ainda, o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali.

"Da experiência de uma catástrofe humana extraordinária que durou demasiado tempo, deve nascer agora uma sociedade de que toda a humanidade se orgulhe", defendeu o homem cujos 27 anos na cadeia transformaram num mito e na encarnação da maioria negra do Estado sul-africano, que foi criado por brancos e administrado até agora exclusivamente por eles.

"A nova realidade sul-africana deve reforçar a crença da humanidade na justiça, fortalecer a sua confiança na nobreza da alma humana e apoiar todas as esperanças quanto a uma vida gloriosa para todos", disse Mandela, num autêntico texto programático, que poderá ficar como um documento para a História.

Os jacarandás de Pretória

"Cada um de nós está tão intimamente ligado ao solo deste belo país como os famosos jacarandás de Pretória e as mimosas da savana", prosseguiu o novo Presidente, perante um auditório em que se encontravam todos os principais políticos do país, incluindo o general Constand Viljoen, hoje em dia símbolo supremo dos que desejam preservar a individualidade afrikaner.

"Nós, o povo da África do Sul, sentimos realizados por a humanidade nos ter voltado a aceitar no seu seio e por nos ser dado hoje o raro privilégio de acolher no nosso solo as nações do

Mundo. Agradecemos a todos os nossos distintos convidados internacionais terem vindo tomar posse com o povo do nosso país do que é, acima de tudo, uma vitória comum da justiça, da paz e da dignidade humana", acrescentou Mandela.

"Apreciamos profundamente o papel das massas do nosso povo e dos seus dirigentes políticos, religiosos, tradicionais e outros, sem nunca esquecer entre eles o meu segundo vice-presidente, o honorável F. W. de Klerk", sublinhou aquele que ainda há cinco anos era o mais célebre preso do mundo e agora é o chefe do mais rico dos Estados de África.

Depois, prestou homenagem às forças de segurança, por haverem garantido a realização das eleições e a transição para a democracia; disse ser chegado o tempo de sarar as feridas e de ultrapassar os abismos ainda existentes entre os sul-africanos: "Devemos construir uma sociedade em que todos, negros e brancos, possam andar de cabeça erguida, sem receio, certos do seu direito inalienável à dignidade humana. Uma nação do arco-íris, em paz consigo própria e com o mundo."

Como exemplo desse compromisso, anunciou que o Governo de Unidade Nacional vai, com urgência, tratar de uma amnistia para diversas categorias de pessoas que se encontram detidas.

Mas adiante, disse: "É uma honra e um privilégio conduzir o nosso país para fora do vale da escuridão. Compreendemos que não há uma via fácil para a liberdade e sabemos muito bem que nenhum de nós, só por si, pode alcançar êxito. Devemos, portanto, actuar em conjunto, como um povo unido, para a reconciliação nacional, a construção da nação e o nascimento de um mundo novo."

Água e sal para todos

"Que haja justiça, paz, trabalho, pão, água e sal para todos", pediu Mandela, que algum tempo depois, já depois de terminada a cerimónia da tomada de posse, se voltou a referir a Frederik de Klerk como "um dos maiores filhos da África do Sul e um dos seus maiores

reformadores".

Veículos blindados de transporte de tropas tinham sido dispostos ao longo da auto-estrada de Joanesburgo para Pretória, enquanto as principais ruas da capital eram encerradas ao tráfego por rolos de arame farpado e guardadas por tropas e polícias.

O novo Presidente chegou ao local da cerimónia pouco passava do meio-dia (a mesma hora de Lisboa), com mais de 60 minutos de atraso, e ficou separado da multidão por um vidro à prova de bala.

Entre os mais de 100 mil convidados, nacionais e estrangeiros, encontravam-se os presidentes de Cuba, Fidel Castro, de Israel, Ezer Weizman, e da OLP, Yasser Arafat, o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, as senhoras de Clinton e de Mitterrand, o príncipe Filipe de Edimburgo, marido da rainha Isabel II da Grã-Bretanha, e o príncipe das Astúrias, filho do rei Juan Carlos da Espanha.

Ouviram-se gritos de "Viva Castro" quando Fidel, uniformizado, tomou lugar nas filas destinadas aos hóspedes mais ilustres, para assistir ao longo cerimonial, durante o qual começaram por tomar posse os vice-presidentes Thabo Mbeki, do ANC, e Frederik de Klerk, do Partido Nacional, que foram as duas forças mais votadas nas eleições realizadas de 26 a 29 de Abril. Entoaram-se os dois hinos nacionais: o afrikaner "Die Stem" (O apelo) e o negro "Nkosi Sikelele Africa" (Que Deus abençoe a África); enquanto a nova bandeira era hasteada por um marinheiro negro e um branco.

Mais tarde, houve um gigantesco banquete ao ar livre, com crocodilo fumado, filete de avestruz e pratos especialmente preparados de acordo com as tradições judaica, muçulmana, budista e hindu. Para aqueles cuja religião o permite, havia 1500 garrafas das melhores colheitas sul-africanas.

Mandela dançou lentamente ao som de uma banda de jazz e teve uma vez mais palavras de reconciliação, em inglês e em afrikaner: "Vamos esquecer o passado. O que é do passado pertence ao passado."

Agora, é só esperar que o Inkatha indique os nomes dos três ministros que lhe estão reservados para que o Governo completo possa, hoje, entrar em funções. ■

Da "cultura da resistência" à rotina do governo democrático

HOJE, será o primeiro dia no Governo de Nelson Mandela, do Congresso Nacional Africano e do sistema democrático multirracial da África do Sul. Na expressão que eles costumam usar, começa a "segunda batalha": criar uma sociedade harmoniosa, manter a democracia, combater a pobreza e obter um crescimento económico equilibrado. Tudo indica que a luta será mais árdua e longa, a vitória menos clara e o inimigo irredutível.

Quer dizer, a nova África do Sul descobrirá, dolorosamente, que a maioria no poder não é uma panaceia universal, que curará séculos de colonialismo e atraso. Observadores e analistas de diversas procedências, em especial britânicos, que conhecem intimamente o país, estão a estudar e enumerar as dificuldades que enfrentarão Mandela e a sua coligação. Vale a pena examiná-las agora que o eco dos aplausos e a emoção do triunfo vão começar a desaparecer-se.

Os mais pessimistas (isto é, a direita) lembram acima de tudo o contexto histórico regional, que é de facto sombrio. Um relatório publicado recentemente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) tem alimentado uma série de análises negativas. O FMI assinala que, a partir do período de descolonização, a África tem sofrido um claro processo de pauperização.

O continente, afirma o rela-

tório, levará 40 anos para recuperar o nível de prosperidade que tinha há 20 anos. Inclusive, o país mais bem administrado na actualidade, o Gana, não superará a barreira da pobreza antes de pelo menos meio século, apesar de um crescimento anual de cinco por cento (a África do Sul, a sair de uma dura recessão de quatro anos, projecta um crescimento de quatro por cento para 1994). O FMI indica que vários países asiáticos, em 1965 nitidamente mais pobres que os países africanos mais ricos, são hoje bem mais prósperos. O colapso económico é resultado directo das ditaduras, da corrupção e das guerras civis.

As diferenças que caracterizam a África do Sul não são esquecidas. Tem-se lembrado que o Ministério das Colónias britânico havia planeado a independência africana para o final deste século, depois do desenvolvimento de uma nova sociedade civil.

Ao contrário dos principais países africanos — que se emanciparam prematuramente com uma infra-estrutura colonial e meia dúzia de universitários de formação marxista —, a África do Sul possui agora uma classe média negra, pequena mas sólida, conseguiu uma transição política pacífica pelos seus próprios meios e é de longe a economia mais próspera do continente, com um produto interno bruto "per capita" sete vezes maior do que o do resto e uma base industrial que equivale a 90 por cento do total da indústria da África austral. A sua infra-estrutura, a cavalo entre o Primeiro e o Terceiro Mun-

PÚBLICO, 11.5.94

do, é excelente. E o ANC, assinála-se unanimemente, tem vindo a mudar o seu antigo programa socialista por uma social-democracia moderada.

Contudo, as dificuldades de superar a "cultura da resistência" são reconhecidamente complexas, sobretudo quando as expectativas populares atingem níveis quase líricos. Apesar da elegante flexibilidade e sabedoria com que Mandela tem obtido uma transição pacífica, as estruturas políticas para a "segunda batalha" são rígidas e ineficazes.

O fervor democrático mostrado pelo povo na hora da votação poderia ser frustrado pela pouca representatividade democrática do sistema de listas eleitorais, conhecida receita para o clientelismo e a corrupção em todas as latitudes (um dos seus primeiros resultados foi a eleição de Winnie Mandela).

Além disso, as actuais regras do jogo paralisarão o Parlamento pelo menos três meses — até à formação de um tribunal constitucional —, exactamente num período crítico. A Constituição, que como a brasileira é excessivamente detalhada, acabará por conceder poderes excessivos aos juizes, acrescentando a frustração democrática. E a maneira unilateral como Mandela formou o seu Gabinete deixa pouca margem para atender às exigências dos zulus, assim como às do Congresso Pan-Africano e do Partido Democrático, que Mandela quer incluir na coligação governante.

O clima de frustração e

a consequente tensão política antidemocrática poderiam crescer perante a dificuldade do ANC de cumprir as promessas eleitorais. O programa oferece, num prazo de cinco anos, a construção de um milhão de casas, a electrificação de 2,5 milhões de lares, assim como instalações sanitárias e água corrente nos povoados negros, além de caminhos asfaltados e educação gratuita. Também 30 por cento das terras férteis serão redistribuídas, sem confiscar as herdades brancas. Este Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD) é tão ambicioso que os analistas, desde o FMI até ao "The Economist", de Londres, acreditam que é impossível de realizar.

Só para absorver a mão-de-obra, o país terá de crescer a um ritmo de pelo menos cinco por cento e muitos acham que os 12 mil milhões de dólares previstos pelo PRD para realizar os seus objectivos representam apenas dez por cento do orçamento real.

Diante das celebrações universais de êxtase pela libertação pacífica do povo sul-africano, os analistas que lembram estas realidades fazem o papel de desmancha-prazeres. Mas Santayana já assinalava que ignorar o passado é condenar-se a repeti-lo. ■

Hugo Estenssoro
em Londres

Crónica

Rui Cardoso Martins

"Oh, os tempos estão a mudar..."

PÚBLICO, 11.5.94

"TRAZES ARMAS de fogo?" O quê? "Trazes alguma arma de fogo contigo?" Eu? Não, a sério, arma de fogo? Os dois seguranças puxam a porta e o som áspero das guitarras eléctricas, aproveitando a aberta, foge três segundos para a rua.

Que bela pergunta a quem só veio refrescar a garganta com uma Amstel, a que se diz rainha sul-africana da cerveja. Mas nem as raparigas ao balcão, nem os pares nas mesas, nem sequer o solitário ao fundo que observa o copo têm olhos de quem quer ficar na história dos matadores de bar. Estão com a cara internacional de sexta-feira à noite, a divertirem-se em paz na Cidade do Cabo.

A duzentos metros dali, o Nando's já arrumou as cadeiras. No Waterfront, o grande complexo de lojas e restaurantes, novo orgulho da cidade colado à marina, o Nando's arranhou um lugar distinto. Há quatro ou cinco anos, um tal Fernando, que trabalhava nas minas do Transvaal, deu uma perna de frango na brasa com piri-piri a um judeu. O judeu gostou tanto que lhe perguntou o que é que fazia nas minas quem co-

zinhava um frango assim.

Um financeiro, o outro grelhou, e hoje a cadeia tem 47 restaurantes em toda a África do Sul. O Nando's do Waterfront tem até sardinha de Peniche, espetada da Madeira e declara na parede, em letras épicas, que foram "os nossos grandes, grandes antepassados que descobriram estas costas, do cabo da Boa Esperança até Natália". Mas, como pouco ficou desses tempos, a não ser a rota das especiarias, pede-se aos "amigos" que percebam que "nós, portugueses, temos um grande coração, descobrimos o novo mundo e depois corréamo-lo fora" e etc., e que tenham bom proveito.

Com um gole de cerveja e banda ao vivo, numa zona limpa de armas — quando ainda se avolumavam no país os tremores de bombas e massacres —, tinha-se bom proveito neste bar do Cabo, sexta à noite.

Depois do Nando's, isto é animado... mas falta o quê? Uns bebem e riem, outros dançam, como é costume em todo o lado. Então a banda

arranca com uns acordes antigos, o da guitarra põe uma harmónica ao pescoço e outro desata a cantar como se tivesse o nariz entupido. E só pode ser Bob Dylan e o "Oh the times they're changing!..." "Os tempos estão a mudar", ouvido aqui na África do Sul, só que isso é que ainda não se vê neste bar, porque reparando agora bem, estão aqui muitos louros e muitos morenos, mas do empregado ao cliente são todos brancos.

Mas, como a vida tem destas coisas (quando as ideias já estão perigosamente cozinhadas na cabeça), entram pela porta do fundo um negro e um mestiço. E não se sabe bem porquê, talvez porque repararam numa cara triunfante, escolhem esta mesa quase vazia.

Claro que se podem sentar. Então os tempos estão a mudar, ouvem a canção? Estão a mudar, os tempos? Sim, estão a ouvir a música. Mas ainda assim um pouco desconfiados.

Continua na pág. 12

O jovem Mandela

PÚBLICO, 11.5.94

"NASCI em Umtata, no Transkei, no dia 18 de Junho de 1918. O meu pai, o chefe Henry, era um polígamo, com quatro mulheres. Nem ele nem a minha mãe frequentaram a escola. O meu pai morreu em 1930, e depois disso David Dalindyebo, que era então o chefe da tribo, tornou-se o meu tutor.

Sou parente de Sabata Dalindyebo, o actual chefe dos tembos, e de Kaizer Matanzima, ministro-chefe do Transkei. Os dois são, de acordo com os costumes tembo, meus sobrinhos.

Tenho um diploma da Universidade da África do Sul e sou advogado. Casei-me com Winnie, filha de Colombus Madikizela, actual ministro da Agricultura do Transkei, na época em que eu era acusado no Julgamento por Traição em 1958. Tenho cinco filhos, três de um anterior casamento e dois de Winnie.

O meu interesse pela política surgiu quando era ainda jovem e ouvia os mais velhos da tribo da nossa aldeia. Eles falavam dos velhos tempos, de como eram bons, antes da chegada do homem branco. O nosso povo vivia em paz sob o reinado democrático dos reis e conselheiros, e podia movimentar-se livremente pelo país. Naquele tempo o país era nosso. Ocupávamos a terra, as florestas e os rios. Organizávamos e dirigíamos o nosso próprio governo, controlávamos os nossos exércitos e tínhamos as nossas transacções e o nosso comércio.

Os velhos falavam-nos da liberdade, e de como foi defendida pelos nossos ancestrais, bem como dos actos corajosos realizados pelos nossos generais e soldados durante aquele período épico.

Eu esperava — e prometia a mim próprio na época — que, entre os prazeres que a vida me pudesse oferecer, estivesse a oportunidade para servir o meu povo e dar a minha humilde contribuição na sua luta pela liberdade. Aos 16 anos, como era nosso costume, fui para a escola da circuncisão, nas margens do rio Bashee, o local onde os meus ancestrais eram circuncidados. Segundo os padrões da minha tribo, eu era agora um homem pronto a tomar assento no 'parlamento' da tribo, o Imbizo. Aos 23 anos o meu guardião achou que estava na hora de me casar. Ele gostava muito de mim, e tomava conta de mim como o meu pai teria feito, mas não era um democrata e achou que não valia a pena consultar-me a respeito do casamento. Escolheu uma moça, gorda e digna, pagou o 'lobolo' [dote da noiva], e foram feitos os arranjos para o casamento. Eu fugi para Joanesburgo.

Pedi um emprego nas Minas Crown. Tinha saído de casa com o meu sobrinho, que era quatro anos mais velho do que eu, e hoje é membro do governo do Território do Transkei. Foi-nos dito que ele começaria como aprendiz de 'mabalana' (escriturário) e eu como guarda. Depois de algum tempo, eles disseram que quando houvesse uma vaga eu passaria a escriturário. Deixei as minas e trabalhei como corrector de imóveis durante um ano, ganhava duas libras por mês, mais as comissões. Foi a época mais difícil da minha vida.

Em 1942 entrei para uma firma de advogados de Joanesburgo — a Witkin, Sidelski e Eidel-

man. Terei sempre uma dívida para com o sr. Sidelski. Duas das experiências que tive na firma merecem registo. No meu primeiro dia no escritório um dactilógrafo disse: 'Olha Nelson, nós aqui não temos segregação. Quando o garoto chegar tira o teu chá da bandeja. Comprámos duas chaves para ti e para Rasike (um outro africano). Tens que usá-la. Fala com Rasike a respeito das chaves. E toma cuidado com ele Nelson, que é uma influência nefasta'. Falei com Rasike e a resposta dele foi: 'Vou-te mostrar uma coisa. Faz como eu'. Quando o chá chegou ele ignorou as chaves novas e pegou numa das velhas. Eu não queria entrar em conflito com ele ou com o dactilógrafo. Passei meses sem beber chá.

Meses depois, uma nova dactilógrafa, também branca, tinha o hábito de me mandar trabalhar enquanto ela não fazia nada. Um dia, estava eu a fazer um ditado, entrou uma cliente branca. Ela ficou embaraçada e, para mostrar que eu não era o patrão, tirou seis pence da carteira e disse: 'Nelson, por favor, vá comprar shampô à farmácia'.

Em 1944 entrei para o Congresso Nacional Africano. ■

Nelson Mandela
(nota autobiográfica

escrita durante o julgamento de Rivonia, em 1964)

Continuação da pág. 11

"Oh, os tempos estão a mudar..."

Dá a pouco, já os clientes em volta olham a espaços para a mesa do lado, onde uns pares de mãos brancas, negras e mestiças se cumprimentam como se jogassem um braço-de-ferro de dois segundos. "Então achas bem que eu dantes não pudesse vir a um bar destes, há, achavas?" Eu? De maneira nenhuma... "Dá cá mais cinco! Es fixe." E o outro, a ficar melancólico e a apontar para si e para o amigo. "Eu sou mestiço e os mestiços não se dão muito bem com os negros. Por que é que não havemos de ser todos amigos?"

Sim, também pergunto o mesmo... "Só por causa da cor? Eu, quando me corto aqui, o meu sangue é da mesma cor da do meu amigo quando se corta!" Não é só quando se corta, também é vermelho lá dentro das veias.

"E o teu de que cor é que é, há?" É vermelho como o vosso. "E por que é que os brancos nos fizeram isto do 'apartheid', não achas que eu e o meu amigo somos como tu, há?" Ouçam, e agora sou eu que falo, que raio de conversa é essa? O teu amigo é negro, tu és mestiço e eu sou branco. Mas o que interessa é que tu és um homem, o teu amigo é um homem e eu sou um homem. Acabou-se essa conversa! "Dá cá mais cinco. És fixe. Não nos pagas uma cerveja? Estou sem dinheiro." Pago, também bebo uma. Olha, acabou a música.

E toca ao fundo uma sineta e o empregado, antes de se afastar, informa que o bar fechou e que estão proibidos de servir a partir de agora. Silêncio. "Por que é que ele não me quer dar uma cerveja?" Porque o bar fechou, simplesmente. Vocês não bebem e eu também não bebo. ■

Na terra de Terre'Blanche Como se nada se tivesse passado

FANFARRÕES, ARMADOS até aos dentes, os neonazis que vivem em Ventersdorp, um dos bastiões do extremismo branco, têm pura e simplesmente ignorado a histórica transição da África do Sul para o poder da maioria negra. Estes rejeicionistas, nos seus uniformes de caqui, provam uma vez mais que vivem num mundo fechado pelas suas próprias ilusões.

Neste centro do conservadorismo branco, continua-se a ignorar as celebrações que, tanto no país como um pouco por todo o Mundo, assinalam a eleição do primeiro Presidente negro da África do Sul, Nelson Mandela. Não há sequer sinais de que alguém tenha ouvido ou notado o discurso de posse de Mandela, em que este condenou "as forças sedentas de sangue que continuam a recusar ver a luz".

O movimento supremacista branco Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB, ou Movimento de Resistência Afrikaner) prefere acreditar que o po-

der negro não chegou, substituindo 350 anos de domínio da minoria branca. Ventersdorp, empenhada em olhar apenas para o passado, é a terra natal do líder do AWB, Eugene Terre'Blanche, e a sede nacional desta organização da extrema-direita, que reclama ter cinco mil homens em armas, prontos a lutar por uma nação separada para os sul-africanos de origem europeia.

Esta cidade "só para brancos", onde as estruturas do "apartheid" ainda estão firmemente instaladas, não se agitou esta semana com as cerimónias que marcaram o início de um novo regime. A localidade permaneceu calma, sem qualquer reconhecimento visível das festividades e actos oficiais que estavam a decorrer em Pretória.

Os locais de trabalho e os hotéis estavam sintonizados para uma estação de rádio afrikaner, regional, preferindo-a à

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

Como se nada se tivesse passado

cobertura ao vivo, tanto pela rádio como pela televisão, da tomada de posse de Mandela. Dos agricultores nas regiões mais isoladas, uns estiveram como sempre nas suas bancas de venda ambulante, colocadas à beira das estradas, e outros continuaram a colheita do milho.

Os cidadãos locais brincavam uns com os outros, dizendo piadas sobre "o feriado nacional comemorando uma nova África do Sul". Todos os que, nesta localidade aparentemente adormecida, quisessem celebrar a nova África do Sul ficavam impedidos de o fazer, constrangidos pelo peso do AWB.

Moderação entre os negros

Os residentes da "township" negra de Ventersdorp, Tshing, foram comediões nas comemorações da eleição o primeiro Presidente

negro, tendo o exército nacional, munido de armas automáticas e veículos blindados, permanecido a separar as duas zonas.

Um grupo de cem activistas do Congresso Nacional Africano (ANC, de que Mandela é líder), do Partido Comunista da África do Sul e do Congresso Pan-Africano dançou e agitou bandeiras enquanto esperava autorização para poder desfilar por Ventersdorp, passando em frente da sede do AWB, na rua principal. "Tudo o que quisemos foi comemorar a posse do nosso novo Presidente. Não estávamos à procura de sarilhos", disse um jovem dirigente local do ANC, Patrick Segoe.

A polícia teve que entabular conversações para se conseguir sair do impasse. A cerca de 200 metros da sede do AWB, tinham sido colocados

sacos de areia, até à altura dos ombros de um homem, cobertos de arame farpado, numa barricada contra o exterior. Pesadas cortinas corridas escondiam o interior do edifício. Entretanto, guardas armados, de uniformes camuflados, tinham-se postado por detrás da barricada, à espera do resultado das negociações que a polícia tinha patrocinado.

Terre'Blanche estava na sua herdade, Ratzegaai, fora da cidade, "a amanhar a terra", segundo um homem que se identificou como gestor agrícola. Não havia sinal do seu exército privado, de que alguns elementos se encontram detidos pela polícia, suspeitos de atentados à bomba, antes das eleições, em Joanesburgo, Germiston e Pretória. O líder do AWB tem casa em Ventersdorp, mas passa a maior parte do tempo, com a mulher, Martie, e a filha, em Ratzegaai, onde cria gado bovino e cavalos.

Na cidade, a polícia conseguiu convencer os dirigentes negros locais a anularem a manifestação, evitando-se assim um possível incidente com o AWB. "Explicámo-lhes que esta terça-feira tinha sido um dia particularmente sentimental e, sendo Ventersdorp um bastião do AWB, as pessoas estavam particularmente sensíveis nesse dia", referiu o porta-voz da polícia, Louis Jacobs.

Segundo ele, a marcha não tinha sido planeada, consistia numa expressão espontânea de apoio ao primeiro Presidente democraticamente eleito da África do Sul. A multidão acabou por dispersar com alguma relutância, depois de um apelo feito pelos seus líderes, e os veículos blindados foram-se embora, deixando a pequena cidade branca a sonhar na sua cápsula do tempo. ■

Lesley Wroughton,
da Reuter, em Ventersdorp

Afinal, o acordo não foi aprovado no Parlamento brasileiro

Anedota ortográfica

AO CONTRÁRIO da informação divulgada na terça-feira à noite pela agência Lusa — e que o PÚBLICO publicou na última página da edição de ontem —, o Acordo Ortográfico não foi aprovado pela Câmara Baixa do Parlamento brasileiro. O PÚBLICO soube através do seu correspondente no Rio de Janeiro que o documento não foi discutido nesse dia.

Ontem, a Lusa rectificou a notícia dizendo que fonte oficial da Secretaria-Geral da Câmara de Deputados, em Brasília, tinha dito, na terça-feira à tarde, à delegação da agência portuguesa naquele país que o projecto de lei fora aprovado em plenário com 240 votos a

favor e 80 contra. A informação oficial foi dada por telefone à Lusa, citando o nome do projecto de lei e o número de referência da tramitação no Parlamento brasileiro.

Segundo a rectificação da Lusa, o projecto de lei era o primeiro da agenda de votação no plenário, mas acabou por ser adiado. O gabinete de imprensa da Câmara de Deputados atribuiu ontem o erro a um "lapso do funcionário" que prestou declarações à agência Lusa.

No entanto, o PÚBLICO apurou que, na terça-feira, não podia ter-se realizado uma sessão plenária porque estava reunida a Comissão Parlamentar de Constituição e Justiça,

PÚBLICO, 12.5.94

que apreciava a perda de mandato de um deputado acusado de corrupção. O regulamento interno do Parlamento não permite que se realizem, simultaneamente, sessões plenárias e reuniões das comissões parlamentares. Por isso, embora o Acordo Ortográfico possa ter estado em primeiro lugar na agenda da Câmara de Deputados, nesse dia nenhum assunto foi a plenário.

Com os sucessivos adiamentos que o projecto sofreu nos últimos meses, alguns parlamentares brasileiros começam já a levantar a hipótese de o acordo ortográfico ter deixado de ter existência jurídica, de ter caducado, por não ter entrado

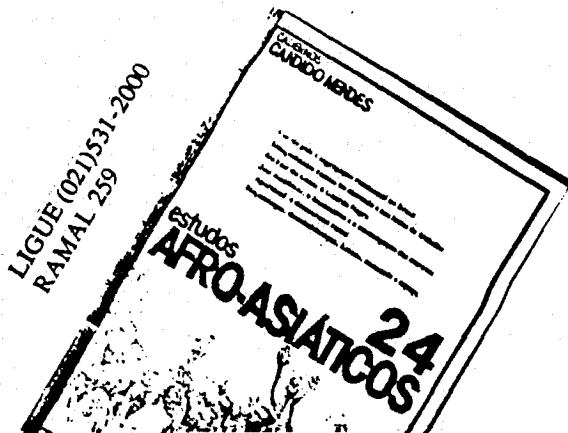
em vigor no dia 1 de Janeiro de 1994, conforme previsto.

O advogado Francisco Teixeira da Mota, contactado pelo PÚBLICO, diz não conhecer o texto, mas explica que a entrada em vigor depende sempre de uma condição. No caso do acordo é a ratificação pelos sete países de língua oficial portuguesa. Neste momento apenas Portugal e Cabo Verde aprovaram esta unificação ortográfica.

Janeiro de 1994 era uma "intenção" colectiva, uma mera "questão formal", diz Teixeira da Mota. Com o "atraso", resta aos sete países envolvidos renegociar uma outra data de entrada em vigor. No caso de o Brasil aprovar o projecto, os países cujos parlamentos já votaram favoravelmente o documento podem pô-lo em prática. Embora o texto aprovado pela Assembleia da República portuguesa exija que todos os Estados entreguem ao "Governo da República Portuguesa" os "instrumentos da ratificação". ■

MARCADAS ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU — As primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias na Guiné-Bissau realizam-se a 3 de Julho, estipula um decreto presidencial assinado por "Nino" Vieira, ontem divulgado pela agência Lusa. A campanha eleitoral deverá ter início a partir de 11 de Junho e termina a 1 de Julho. As eleições presidenciais já manifestaram intenção de concorrer o Presidente cessante e pelo menos seis individualidades da oposição. Quanto às legislativas, para além do PAIGC, no poder, as outras seis formações oposicionistas deverão apresentar-se a votos.

PÚBLICO, 12.5.94



Buthelezi e Winnie no Governo

PÚBLICO, 12.5.94

A África do Sul já tem Governo de Unidade Nacional, que ontem tomou posse, em mais uma cerimónia histórica, num país onde tudo o que está a acontecer parece um sonho. As surpresas do dia foram as nomeações do líder zulu, Mangosuthu Buthelezi, para a pasta do Interior, e da ex-sr Mandela, a aguerrida Winnie, para secretária de Estado da Cultura. Sinal dos tempos, um juiz branco condenou à morte seis brancos que, em Dezembro, mataram quatro negros. E sublinhou que a sentença é um aviso. Os tempos mudaram.

O líder zulu Mangosuthu Buthelezi tornou-se ontem no ministro sul-africano do Interior, no âmbito das nomeações e tomada de posse do primeiro Governo multirracial do país. Buthelezi, principal rival negro do Presidente Nelson Mandela, e líder do Partido Inkatha da Liberdade, era um dos 27 ministros empossados no executivo de unidade nacional, dominado pelo Congresso Nacional Africano.

Há, a partir de agora, três ministros do Inkatha. Os outros dois são Ben Ngubane, na pasta das Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Siphos Mzimela, nos Assuntos Correccionais.

O resto do executivo é formado por membros do ANC, o partido liderado por Mandela, que obteve uma vitória esmagadora nas

eleições multirraciais de 26 a 29 de Abril, e por elementos do Partido Nacional, do antigo presidente branco F. W. de Klerk, que foi a segunda formação mais votada. A lista de 27 nomes não inclui Mandela nem o presidente do ANC, Thabo Mbeki, seu primeiro vice-Presidente, nem De Klerk, o segundo vice-Presidente.

A luta entre apoiantes do ANC e do Inkatha, que ficou em terceiro lugar nas eleições, mas ganhou o controlo do Kwazulu-Natal, tem sido marcada por confrontos generalizados, responsáveis por mais de 15 mil mortos em quatro anos, desde que de Klerk começou a desmantelar o sistema de "apartheid", em 1990. Segundo os observadores, com Buthelezi no Interior, Mandela investe de responsabilidade governamental uma figura-chave na política de estabilização do país.

Uma surpresa nas nomeações de ontem é o nome de Winnie Mandela. O Presidente deu-lhe posse como vice-ministra para a Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia.

O casal Mandela está separado desde Abril de 1992, por "razões pessoais". Menos de 48 horas antes da escolha, Mandela tinha publicamente embarçado a ex-mulher, quando a ignorou, na cerimónia no Parlamento da Cidade do Cabo onde foi eleito Presidente. Winnie, deputada, sentou-se ao seu lado, os fotografos registaram todos os movimentos do casal, mas o primeiro Presidente negro da África do Sul recusou-se sequer a olhar para a mulher.

Para os mesmos observadores, a escolha de Winnie, uma figura aguerrida e controversa nos meios moderados negros ou brancos, foi uma surpresa, mesmo sabendo-se o peso que detém nas bases mais jovens e radicais do ANC. Ela teve de retroceder numa carreira política que, se tu-

do tivesse corrido bem, lhe daria hoje em dia o estatuto de "primeira-dama". Desde a separação que foi obrigada a regressar ao trabalho militante nas "townships", manchada por escândalos legais e pessoais.

Um tribunal condenou-a pelo rapto de jovens e por cumplicidade em assalto, quando Mandela ainda era um preso político. A sentença está suspensa, a aguardar recurso, mas não está fora de hipótese a prisão. Acusações de infidelidade conjugal ajudaram a dar-lhe uma imagem pouco agradável aos olhos de muitos.

Branco condenados à morte

Entretanto, um juiz branco condenou ontem à morte seis extremistas brancos de direita, por assassinato de quatro negros numa barragem ilegal, perto de Joanesburgo. Os seis réus, membros do movimento neonazi Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), foram condenados à força por decisão do Supremo Tribunal, numa sentença em que se sublinha que a África do Sul entrou numa era completamente nova, de democracia e liderança da maioria negra.

O AWB é um grupo paramilitar supremacista branco, liderado por Eugene Terre'Blanche, que pretende um território governado só por sul-africanos de origem europeia.

Além da pena de morte — as execuções estão temporariamente suspensas no país —, um dos réus foi condenado a 15 anos de prisão e os outros cinco a 18, por tentativa de assassinato, assalto e posse ilegal de armas. O juiz Dirk Marais, ao ler as sentenças, disse que elas devem funcionar como elemento dissuasor para aqueles que pretendem fazer lei pelas próprias mãos. Os quatro negros foram mortos a 12 de Dezembro, na estrada que liga Kri-

gersworp a Ventersdorp, nos arredores ocidentais de Joanesburgo.

Marais recusou no mês passado argumentos da defesa de que os condenados tinham construído a barragem para passar revista a veículos de negros, à procura de armamento ilegal, para o entregar posteriormente à Polícia. Segundo o juiz, depois de se embebedarem, os homens, todos armados, assaltaram e alvejaram dois pedestres negros, interceptando em seguida dois carros. Fizaram sair os ocupantes e dispararam sobre eles. Uma das vítimas foi um rapaz de 13 anos. A orelha de uma outra vítima foi cortada.

A África do Sul vive actualmente uma moratória em relação às execuções, mas o Governo de Mandela tem de legislar ainda sobre a nova política quanto à pena de morte. O ANC disse no passado ser contra a pena capital.

Incidentes no Kwazulu

Embora a África do Sul continue a viver em "estado de graça", sem grandes cenas de violência, como temiam os menos optimistas, os incidentes por motivos políticos continuam a ocorrer esporadicamente.

Uma multidão em fúria, no sempre tenso Kwazulu-Natal, espancou e incendiou o condutor de um carro que ia a caminho das celebrações da tomada de posse de Mandela, disse a Polícia. A morte ocorreu na terça-feira à noite, na "township" de Esikhawini, no Norte da província. O condutor terá perdido o controlo do veículo, matando quatro pessoas, e a multidão virou-se contra ele.

Segundo os observadores internacionais no Kwazulu-Natal, a violência política tem abrandado, mas continua a provocar uma média chocante de dez mortes por dia.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 - WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O